



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
Terceira Câmara Criminal

**HABEAS CORPUS Nº 0332962-8**  
**AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA N.º 00100096-15.2013.8.17.0990**  
**COMARCA** : Olinda – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Fernando Ribeiro da Silva  
**PACIENTE** : Carla Maria de Albuquerque  
**RELATORA** : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ARTS. 33, 35 e 40, INCISO IV DA LEI 11.343/2006. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO JÁ DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. ORDEM DENEGADA.

I – O processo se desenvolve com absoluta normalidade, não havendo excesso de prazo a tornar ilegal a prisão processual da paciente, mormente considerando-se que a audiência de instrução e julgamento está designada para data que se avizinha (18.06.2014).

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0332962-8** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº 0332962-8**  
**AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA N.º 00100096-15.2013.8.17.0990**  
**COMARCA : Olinda – 2ª Vara Criminal**  
**IMPETRANTE : Fernando Ribeiro da Silva**  
**PACIENTE : Carla Maria de Albuquerque**  
**RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**

**RELATÓRIO**

O Bel. Fernando Ribeiro da Silva impetrou pedido de ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **CARLA MARIA DE ALBUQUERQUE**, alegando que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do **excesso de prazo** verificado para o término da instrução criminal nos autos do processo-crime nº **0010096-15.2013.8.17.0990** a que a acusada responde perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, ao argumento de que a paciente foi presa em flagrante em **14.08.2013**, sem que, até a data da presente impetração, tenha sido concluída a instrução.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls.11/12.

Às fls.128/129, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, indeferiu o provimento liminar vindicado, solicitando informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.138/159.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls.163/166).

Está feito o relatório.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
Terceira Câmara Criminal

**HABEAS CORPUS Nº 0332962-8**  
**AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA N.º 00100096-15.2013.8.17.0990**  
COMARCA : Olinda – 2ª Vara Criminal  
IMPETRANTE : Fernando Ribeiro da Silva  
PACIENTE : Carla Maria de Albuquerque  
RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**VOTO**

---

A presente impetração visa o restabelecimento do *status libertatis* da paciente, ao argumento de que a acusada se encontra recolhida ao cárcere desde **14.08.2013**, pela prática do delito descrito no art.33, 35 e 40, inciso IV, todos da Lei 11.343/2006, sem que se verifique o término da instrução criminal, não contribuindo a defesa para o retardo da marcha processual.

Destaco das informações judiciais o seguinte excerto (fls. 138/140):

*"(...); A Paciente foi presa em flagrante delito no dia 14.08.2013, com prisão convertida em preventiva pela juíza substituta, decisão em anexo, e denunciado em 17.09.2014, por violação dos arts. 33, 35 e 40, IV da Lei nº 11.343/06, juntamente com Palloma Fernanda da Silva Rangel, conforme cópia da denúncia em anexo.*

*Em 29.10.2013 o Advogado da Paciente apresentou a defesa prévia. A defesa de Palloma Fernanda da Silva Rangel. Denúncia recebida em 06.12.2013 e designada audiência de instrução e julgamento para 21.02.2014; porém, citado ato deixou de ser realizado em virtude da não apresentação da acusada Palloma, sendo designado o dia 28.03.2014. Contudo, a audiência não ocorreu em virtude de problema de saúde da magistrada, ensejando a designação de nova data o dia 25.04.2014, na qual foram interrogadas a Paciente e Palloma Fernanda; bem*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*como, inquirida uma testemunha arrolada na denúncia, ficando designado o dia 21.05.2014, para conclusão da instrução criminal.*

*Desse modo, o feito vem tramitando regularmente e a eventual demora na conclusão da instrução criminal está justificada pelo antes exposto, não se caracterizando, data vênua, no caso em tela, o constrangimento ilegal alegado pelo Impetrante, pois não configurada inércia ou desídia do juízo; (...)”*

Conforme informação extraída do sítio eletrônico deste Sodalício, a audiência anteriormente designada para o dia 21.05.2014 foi remarcada para o dia **18.06.2014** devido ao não comparecimento das testemunhas da acusação, apesar de devidamente requisitadas, se encontrado o feito no aguardo da realização da referida audiência de instrução e julgamento, data que se avizinha, com a conseqüente abertura de vistas às partes para a apresentação das alegações finais, momento em que restará superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, não se mostrando prudente a soltura da paciente no presente momento processual.

À vista de tais considerações, deduz-se que, ao menos até esta oportunidade, eventual ultrapassagem dos prazos legais, afigura-se dentro dos contornos da razoabilidade, não se havendo falar, por tal motivo, em constrangimento ilegal.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, denego a ordem.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Relatora**